

Not for Profit: Why Democracy Needs the Humanities. Princeton University Press, 2010. (The public square book series)
ISBN 978-0-691-14064-3

FAVERSANI, F. (2012). *“Not for Profit: Why Democracy Needs the Humanities.* Princeton University Press, 2010. (The public square book series), Isbn 978-0-691-14064-3”. Archai n. 8, jan-jun 2012, pp. 145-148.

* Universidade Federal de Ouro Preto.

*Resenha de
Fábio Faversani**

Martha Nussbaum, professora de filosofia da Universidade de Chicago, e helenista de formação, reuniu neste livro muitos elementos importantes para uma reflexão sobre as sociedades que estamos construindo e o papel que a educação tem tido neste processo. Ela se volta sobretudo para um problema importante e que está no centro dos debates: a educação tem se voltado por demais para produzir pessoas que possam gerar lucros, mas sem se preocupar com a capacidade delas atuarem em sociedade; as escolas estão se voltando para ter excelentes notas em testes padronizados, mesmo que isto signifique formar alunos sem nenhuma capacidade de pensar criticamente ou formular um saber original. O ideal é que os alunos estejam ajustados ao mercado e sejam tremendamente competitivos, que se saiam bem nos testes reproduzindo fórmulas prontas e se exercitando em como dar a resposta certa. Para estes propósitos, a autora chama a atenção, as humanidades têm parecido ter pouca serventia. Ainda mais, como ela também ressalta, na atual onda de corte de despesas por parte do Estado pelo mundo afora, as humanidades são as primeiras a serem eliminadas nas esferas da educação pública. As consequências disto é que as humanidades têm feito falta a “fazedores-de-lucro” e têm produzido sociedades menos saudáveis, menos democráticas. O alerta que a autora faz é pertinente

e merece reflexão. Ela afirma, já no final do livro: “Desviados para a busca da riqueza, nós pedimos cada vez mais para nossas escolas para nos darem úteis fazedores-de-lucro (profit-makers) mais do que cidadãos reflexivos. Sob a pressão de cortar custos, botamos fora exatamente aquelas partes dos esforços educacionais que são cruciais para a preservação de uma sociedade saudável” (pp. 141-2)

Trata-se de uma reflexão importante e muito bem organizada. Ainda que a autora deixe claro que não se trata de um estudo empírico, percebe-se uma boa pesquisa para sustentar os argumentos, sendo os exemplos concretos apresentados bastante numerosos e diversificados. O livro se organiza em sete capítulos, antecedidos por uma apresentação escrita por Ruth O’Brien. No primeiro capítulo ela trata do que qualifica como “uma crise silenciosa”. Tipifica muito bem como a educação tem passado por uma mudança progressiva e geral nos Estados Unidos e na Índia (mas o mesmo quadro poderia com certeza ser pensado com certeza para outros países, como por exemplo o Brasil), em que uma educação orientada por princípios humanistas e liberais, preocupados em dar uma formação geral e educar cidadãos, cada vez mais está deixando de existir. O diagnóstico da autora é claro: a educação tem piorado. No capítulo 2 ela indica dois modelos de educação, um voltado para a construção de sociedades mais democráticas e outra devotada ao aumento da lucratividade. Nos capítulos 3 a 6 a autora mostra quais as características deste modelo de uma educação para as sociedades democráticas, enfatizando alguns valores e resultados que ela acredita que devam dar corpo a este tipo de educação, sempre indicando como as humanidades, incluídas com bastante ênfase as artes, são centrais a este tipo de educação. As humanidades são aparentemente desnecessárias para o aumento da lucratividade através da educação, mas se a educação se volta para a formação de cidadãos que construirão e vivenciarão uma experiência democrática plena, elas são centrais e indispensáveis. É através das humanidades que se constroem várias das habilidades necessárias ao exercício da cidadania em sociedades democráticas. Sem elas, ao contrário, é impossível ter estes resultados e, em decorrência, o corte do ensino de humanidades

pode ser traduzido na inviabilização de sociedades democráticas. No capítulo 7 a autora evidencia que educação democrática está nas cordas (“on the ropes”). As humanidades estão sendo atacada e a ponto de ser nocauteada. O capítulo conclusivo reforça assim o caráter sensível e importante de apelo deste trabalho, talvez até mesmo de manifesto, mais do que de estudo empírico – que a obra não pretende ser.

Parece-nos ter a força de uma constatação os aspectos principais que Nussbaum salienta. As mudanças na educação, que se afasta mais e mais do que poderia se chamar de ideias humanistas ou democráticas (seja lá que sentido se queira dar a estas palavras), voltando-se apenas para a formação de mão-de-obra por processos que cada vez mais se aproximam de um adestramento, são ruins para a sociedade pensada como uma experiência democrática e de realização humana e também parecem ruins para formar mão-de-obra para uma produção cada vez mais complexa e que exige que os trabalhadores tomem decisões de forma independente. A autora aponta para estes pontos fundamentais no debate atual. Outro aspecto central da obra é deixar claro que os cortes de recursos na educação são especialmente perniciosos porque atingem diferentemente as áreas do conhecimento, com as restrições praticamente eliminando as possibilidades de uma educação rica e plural em humanidades e fazendo com que desapareçam por completo sinais de educação em artes. O livro aponta com clareza para problemas que temos no cenário atual e que reclamam uma resposta da sociedade. As mudanças em curso são ruins para a sociedade e são ruins para as pessoas. Nussbaum tem toda razão em seu apelo: isto precisa parar. Mas creio que seja importante pensar para os caminhos que ela aponta para chamar a atenção também para o dato de que a construção de alternativas exige muita reflexão.

Nussbaum contrapõe a educação para o crescimento econômico que é cada vez mais predominante, a uma educação para a democracia, que foi vivida nos melhores exemplos da educação liberal clássica estadunidense e no modelo construído pelo educador indiano Rabindranath Tagore. A análise da autora

se concentra na experiência dos Estados Unidos e Índia. A educação para a democracia se volta para o desenvolvimento do pensamento crítico, da compaixão, da imaginação, da simpatia e da criatividade. Por outro lado, a educação para o crescimento econômico se devota a estimular a obediência, a competitividade, levando à instrumentalização dos outros seres e, como meio para tanto, sua submissão. Na maior parte do livro a autora procura opor estes dois propósitos como antitéticos, mas em outros ela defende que as humanidades servem aos propósitos de uma educação para o crescimento econômico. Ela busca convencer o leitor de que não faz sentido uma disputa entre projetos: “Se o nosso único objetivo é o crescimento econômico nacional, ainda assim devemos proteger a educação liberal em artes e humanidades” (p. 112). Ela faz parecer que bastaria que todos sentassem na mesma mesa e, conversando com calma, todos se convenceriam de que o que ela propõe é o melhor para todos, sob todos os pontos de vista. Adotando este ponto de vista, a autora deixa de problematizar quais são os projetos e interesses que estão levando às atuais mudanças na educação e como eles são incompatíveis e irreconciliáveis com os interesses da maioria da população. As mudanças atuais parecem à autora apenas o resultado de uma má compreensão da realidade e que podem ser reformuladas explicando aos gestores desta mudança que eles estão errados. O mesmo ponto aparece quando ela trata do corte dos recursos que financiam a educação. O apelo dela é para que os gestores percebam que as humanidades não custam tão caro assim e faz elogios às iniciativas do terceiro setor que cobrem os espaços deixados pela ausência do financiamento do Estado (este ponto se faz especialmente claro no capítulo IV). Os adversários das humanidades na educação pública em específico, e do financiamento da educação pública em patamares razoáveis, de um ponto de vista mais geral, simplesmente não são tipificados, qualificados. A autora parece pensar que todos podem entrar em uma grande e positivo acordo sobre isto se sentarem em uma mesa e conversarem com calma. Claramente, não é o caso.

A autora é professora da Universidade de Chicago e se orgulha de não precisar buscar recursos do Estado, uma vez que, segundo ela, ex-alunos

orgulhosos da educação que receberam sempre estão dispostos a doar para os projetos de humanidades da Universidade de Chicago, propiciando às novas gerações a mesma educação humanista que tiveram (p. 132). Esta visão do lugar de onde fala é que talvez a faça tão otimista. Mas seria importante que ela percebesse que nem só de bondosos momentos de seus ex-alunos é que se faz a gestão da educação e que os alunos oriundos das maiores e melhores universidades do mundo é que são os formuladores e gestores das políticas educacionais que ela critica. Estes alunos receberam a melhor educação humanista, que ela recomenda. O livro não trata, como se vê por este exemplo, deste problema em todas as suas consequências.

Um problema na abordagem da autora, a meu ver, é que ela é tão prescritiva e normativa quanto a atual hegemonia que ela critica. Já na apresentação, escrita por Ruth O’Brien, lemos na p. x. que a arte e as humanidades seriam importantes para gerar pessoas “como tanto a democracia quanto a cidadania global exigem” Mas quem responde à pergunta: o que é requerido da educação pela democracia e cidadania global? A resposta não é simples e, se ela é única, já não é uma boa resposta a meu ver. Os excessos desta fórmula que inspira a autora têm gerado condutas que beiram a censura mais esdrúxula. Para lembrar aqui um caso recente – e nos esquivarmos das críticas ao insosso domínio do “politicamente correto” –, recordamos da polêmica decisão do Conselho Nacional de Educação que restringia a leitura das obras de Monteiro Lobato nas escolas por conta de seu conteúdo “racista” (<http://www1.folha.uol.com.br/saber/822230-conselho-de-educacao-quer-vetar-livro-de-monteiro-lobato-em-escolas.shtml>). Mais recente ainda é a solicitação do Ministério Público de Minas Gerais para que o dicionário Houaiss fosse retirado de circulação. A fundamentação indica que o verbete “cigano” contém “expressões pejorativas e preconceituosas” contra esta população, como “aquele que trapaceia, velhaco, burlador”. (Cf. Folha de São Paulo, n. 30.284, de 2 de março de 2012, p. A2.)

O problema que se pode apontar aqui, contrariamente ao que defende a autora, é que não se pode defender que as humanidades devam estar a serviço

de um projeto político instrumental dado, mesmo que seja o da defesa da democracia, voltando-se primeiramente para agendas que interessem a certos setores políticos que vejam como importante os debates sobre raça, gênero e sexualidade, por exemplo. Esta instrumentalização das humanidades para ensinar os alunos o que alguém específico acha que todos eles devem saber para serem bons

cidadãos tem feito mais mal do que bem à defesa das humanidades nas escolas.

Trata-se de um livro, portanto, cuja leitura recomendamos fortemente, uma vez que aponta para um tema central de nossa época, através de uma reflexão bastante sofisticada que propicia ao leitor refletir acerca do problema tendo a frente horizontes bastante amplos que são descortinados pela autora.

Recebido em Julho de 2011.
Aprovado em novembro de 2011.